

CONSTITUINTE

Brossard insiste na mudança de sistema

por Zanoni Antunes de Brasília

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, defendeu ontem o sistema parlamentarista de governo por entender que é o regime "mais adiantado, o mais moderno, o menos imperfeito dos modelos sob os quais a democracia representativa se pratica".

Brossard fez a defesa do sistema parlamentarista durante a solenidade realizada ontem na Câmara Municipal de São João Del-Rey, quando recebeu o título de "cidadão honorário" daquele município. O ministro da Justiça é favorável a um parlamentarismo "puro".

O ministro da Justiça disse ainda em seu discurso que não houve um dia em que o País deixou de progredir no sentido da normalização institucional, "não se registrando, jamais, um retrocesso em apenas dois anos e meio de governo Sarney".

Forças Armadas podem intervir, diz Figueiredo

Independente do que estabelecer a nova Constituição sobre o papel das Forças Armadas, o ex-presidente da República, João Baptista Figueiredo, advertiu em Porto Alegre que se elas tiverem de intervir na política brasileira o farão mesmo que o novo texto impeça. Ele até admitiu que este tipo de iniciativa poderá provocar acusações de que os militares são contra a Constituição, mas isso não o preocupa, pois defendeu, no caso de isso ocorrer, uma alteração no texto constitucional.

Figueiredo afirmou, segundo a Agência Globo, que o risco de intervenção não depende do que estará escrito na Constituição, mas sim "o que estiver escrito no coração de cada brasileiro".

Figueiredo criticou a proposta de delegar aos três poderes a competência de solicitar a interferência das Forças Armadas. Explicou que não gostou da ideia, prevendo que tal dispositivo poderá provocar conflitos e impasses quando, por exemplo, o presidente da República desejar convocar os militares e tal iniciativa não for aceita pelo Legislativo ou pelo Supremo Tribunal Federal.

O ex-presidente defendeu que o papel das Forças Armadas deve ser o mesmo definido na atual Constituição, admitindo, porém, a reformulação do texto de defesa dos poderes constitucionais em vez de poderes constituídos. Negou que pretenda voltar à política, afastando qualquer possibilidade de disputar outro cargo eletivo. Esquivou-se de manifestar preferência por qualquer candidato à Presidência, brincando até a afirmar que apenas apoiaria Jesus Cristo. "Este candidato", fazendo muito esforço, em sua opinião, "conseguiria endireitar o Brasil". Apoiou as iniciativas de organizar o centro, enfatizando que tal medida é uma "boa solução para obter um equilíbrio de forças contra os extremistas".

MEMÓRIA

Ex-governador de Pernambuco morre no Rio

O ex-governador e senador de Pernambuco, João Cleofas, morreu, ontem, no Rio, aos 89 anos, vítima de edema pulmonar, segundo informou a agência EBN. O político estava internado há onze dias numa clínica particular no Rio de Janeiro com infecção pulmonar. O enterro foi às 17 horas de ontem, no cemitério de São João Batista.

João Cleofas, nascido no município pernambucano de Vitória de Santo Antão, iniciou a sua carreira política em 1923, elegendo-se prefeito de sua cidade natal, e foi ainda senador por Pernambuco e governador do estado.

Parlamentaristas chegam à fórmula de consenso

por Cecília Pires de Brasília

O grupo parlamentarista na Constituinte concluiu ontem à noite um texto que praticamente consolida o acordo entre todas as correntes que pregam a implantação do regime parlamentarista a partir do ano que vem, redigindo um texto que sela o prazo de doze meses para a transição. O prazo de um ano para o gradualismo, que dividiu os parlamentaristas dentro do próprio PMDB, contenta as principais lideranças do partido, que representam as correntes do deputado Ulysses Guimarães e do senador Mário Covas na Constituinte.

Com essa fórmula na mão e a decisão de deixar o mandato do presidente Sarney a cargo do próprio relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, para eliminar divergências, um grupo reunido sob o comando do senador José Richa (PMDB-PR), do senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), além do senador José Fogaça (PMDB-RS), elaborou um texto parlamentarista para ser incluído no corpo das questões permanentes do constituinte e um texto para as disposições transitórias.

O regime parlamentarista em sua forma permanente foi consolidado com pequenas alterações a partir das emendas dos senadores Nelson Carneiro, Afonso Arinos e Carlos Chiarelli. Nas disposições transitórias, a fórmula prevê maiores poderes ao presidente da República. Na versão de um dos senadores, que auxiliou na redação, "o primeiro ano é de Sarney, e a partir do segun-

Contra sistema híbrido

por Paulo de Alencar de Salvador

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, defensor do sistema presidencialista de governo, voltou a condenar, ontem, em Salvador, a implantação do parlamentarismo. "Esse sistema requer um processo de sedimentação muito lento, e numa época de transição política em que vivemos não é a melhor oportunidade para adotá-lo", explicou.

Aureliano Chaves afirmou, no entanto, que, caso os constituintes resolvam adotar o parlamentarismo, esse sistema na sua opinião deve ser

estabelecido em seu modelo puro.

"O parlamentarismo híbrido, como vem sendo discutido na Assembleia Nacional Constituinte, já nasce deformado e será sempre deformante. Se for para fixar alguma forma parlamentar de governo, que seja em seu modelo clássico", avaliou. O ministro das Minas e Energia explicou que o presidencialismo no País se confundiu com exacerbção. "Ao longo desses últimos anos, o Executivo utilizou-se de atribuições do Legislativo e do Judiciário, caracterizando uma exacerbção de poderes do Executivo, que não deve ocorrer no presidencialismo."

do ano, o regime é parlamentarista clássico". A partir do início da nova legislatura, no ano que vem, o presidente nomearia o primeiro-ministro, sem ouvir a Câmara. O Gabinete não pode ser dissolvido nesses doze meses nem o presidente pode dissolver a Câmara; e cabe ao próprio presidente demitir ministros.

Não haveria, também, o voto de censura. Seria formada ainda uma comissão de transição de nove membros, três indicados pelo presidente, três pela Câmara e três pelo Senado, para promover a transição. Essa comissão seria coordenada por um ministro extraordinário da transição, que seria um dos integrantes do Gabinete.

"Não estamos discutindo se o período de transição será de um, dois ou três anos", disse a deputada

Sandra Cavalcanti, após a reunião. "Isso fica a critério do relator Bernardo Cabral. Apenas oferecemos essa sugestão de prazo de um ano", revelou a deputada.

A partir do segundo ano, os dispositivos clássicos do parlamentarismo entrariam plenamente em vigência. A Câmara poderia derrubar o Gabinete e indicar o primeiro-ministro. A Câmara também pode ser dissolvida, caso não consiga formar a maioria para o Gabinete, segundo a fórmula baseada na emenda Nelson Carneiro.

O texto sofreria ainda a avaliação dos principais líderes do PMDB no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, na Câmara, deputado Luiz Henrique, e na Constituinte, deputado Euclides Scalco. Eles se reuniram ontem à noite com o presidente da Consti-

Lourenço irrita-se com presidente

por Zanoni Antunes de Brasília

O líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço (BA), surpreendeu ontem seus colegas de partido ao afirmar que sua paciência para negociar o sistema de governo na Constituinte havia se esgotado. Lourenço acusou o presidente José Sarney de indefinição e de não ser "afirmativo" na defesa do presidencialismo. "Eu já não sei qual é a posição do presidente", desabafou o deputado. As declarações do líder pefelista, no entanto, surpreenderam porque foram feitas após o deputado Cid Carvalho, do PMDB do Maranhão e defensor da tese de se manter o sistema presidencialista na Constituinte, anunciar aos jornalistas

que o Palácio do Planalto já havia feito a opção pelo presidencialismo. Com o tom de voz alto e esmurando a mesa do seu gabinete de trabalho, o deputado José Lourenço insistia na sua argumentação de que o presidente Sarney deveria revelar a sua opção pelo sistema presidencialista, por meio de um ato "mais afirmativo".

Já o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, que assistia à entrevista do deputado, demonstrava um ânimo oposto ao de Lourenço. Sorriente, o senador garantiu que o governo não havia fechado questão no presidencialismo. Defensor do parlamentarismo, Chiarelli não descartava a possibilidade de ele vir a ser adotado, embora admi-



José Lourenço

tisse que há no Planalto "uma preferência pelo presidencialismo". Na última quarta-feira, o

líder José Lourenço chegou a ameaçar de destituição da Comissão de Sistematização os pefelistas que insistem em apoiar o parlamentarismo. Para José Lourenço, eles estão nessa comissão por causa da confiança do partido e insinuou que eles poderiam ser trocados por constituintes mais afinados com a orientação partidária.

Ao afirmar, ontem, que a maioria de sua bancada era presidencialista, o líder José Lourenço disse que se afastaria do presidente se ele viesse a apoiar o parlamentarismo, mas ressaltou que ficaria ao lado de Sarney se o sistema "puro" parlamentarista fosse o adotado. "Mas o presidente tem de dizer o que quer", concluiu.

Sarney pede apoio a ministros

por Edson Beú de Brasília

O presidente José Sarney resolveu ontem convocar o ministério para defender a manutenção do presidencialismo. Ele quer contar com toda força política disponível, a começar pela dos ministros de maior influência no meio congressista. Por isso, hoje, ele já toma café da manhã, no Palácio da Alvorada, em companhia de sete deles. Provavelmente, serão Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), Bayma Denys (Gabinete Militar), Ivan de Sousa Mendes (SNI), Denis Schwartz (Desenvolvimento Urbano), Jorge Bornhausen (Educação), Raphael de Almeida Magalhães (Previdência Social) e Antônio Carlos Magalhães (Comunicações), segundo uma fonte do Palácio do Planalto.

"O presidente quer saber que tipo de apoio cada um pode dar, na defesa das posições do governo, na Assembleia Nacional Constituinte" explicou ontem o secretário de Imprensa, Antônio Frota Neto. O governo, acentua o assessor, quer engajar mais decisivamente os ministros na sua empreitada. "Cada ministro tem um círculo de relacionamento político-partidário que não pode ser dispensado", justifica.

Inicialmente, a reunião estava prevista para o Palácio do Planalto. Mas, preocupado com as suas repercussões políticas na Constituinte, Sarney preferiu revesti-la com uma roupagem mais amena, transformando-a num café da manhã. "Não há uma pauta", afirma Frota. "Há um grande tema — o governo e a Constituinte", acrescenta. Mas o sistema de governo será o centro desse tema, afirma, em seguida, o secretário.

Já que não foi possível — pelo menos até ontem — negociar uma fórmula de consenso, Frota admite que Sarney resolveu então armar uma estratégia para definir a questão a seu favor.

Disse que o presidente quer evitar o confronto dos votos com os constituintes. Mas precisa precaver-se. Na visão do governo, o fato de o prazo para o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) apresentar sua versão final do anteprojeto encerrar-se hoje não esgota as possibilidades de negociação, salienta o porta-voz. Sarney, através de suas lideranças, pretende apenas transferi-la para o plenário da Comissão de Sistematização, num primeiro plano e o da Constituinte, num segundo, explica Frota. So que, agora, convocando o trabalho dos ministros.

Essa influência mais ostensiva do Executivo, na opinião do assessor, não ameaça a soberania da Constituinte. "Absolutamente. Até pessoas sem mandato já falaram na Constituinte para defender seus interesses", lembra. Por isso, ele argumenta que o governo, como parte da sociedade, também tem o direito "e até o dever" de lutar por seus pontos de vista.

A reunião de hoje é apenas a primeira de uma série de outras. Frota disse que Sarney não estabeleceu um cronograma. O certo é que elas ocorrerão de forma amíável, no seu gabinete de trabalho ou no Palácio da Alvorada, em grupo, como hoje, ou individualmente, explica.

SENSO SOBRE PRESIDENCIALISMO

Ontem pela manhã, o deputado Irajá Rodrigues (PMDB-RS), após audiência, disse que Sarney rea-

firmou a disposição de negociar em cima de qualquer proposta de consenso. Mas adiantou que não estaria disposto a permanecer seis anos no governo, para viabilizar a implantação gradual do parlamentarismo. Frota observou, no entanto, que Sarney não recuará na defesa do presidencialismo. "Não faz sentido negociar o ponto de vista do outro. Mas, sim, o dele", acentuou.

Novo projeto deverá ter poucas alterações

por Francisca Stella Fagá de Brasília

A versão de projeto de Constituição que circulou ontem por um restrito grupo de parlamentares mantinha praticamente na íntegra as disposições do projeto anterior sobre reforma agrária, questão urbana, direitos de mineração, anistia e direitos trabalhistas.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, deverá, porém, alterar as disposições sobre jornada de trabalho e sobre garantia de emprego. As alterações serão definidas hoje, último dia do prazo para o relator apresentar a versão definitiva de projeto a ser votada pela Comissão de Sistematização. Dependendo, segundo revelou um colaborador próximo de Cabral, do resultado de controle marcado para hoje entre o presidente do PT, Luis Ignácio Lula da Silva, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), Mário Amato, e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco.

Lula propôs, na segunda-feira, e Cabral aceitou, a fixação de um prazo de dois

anos nas disposições transitórias para a redução da jornada de trabalho para quarenta horas semanais. Os empresários resistem e sustentam que a duração da jornada do trabalho não deve ser assunto de Constituição.

Uma das versões anteriores do projeto que está sendo elaborado por Cabral eliminou completamente as disposições do capítulo de reforma agrária, previstas no projeto anterior, que haviam descontentado os conservadores. Segundo o colaborador do relator, porém, o texto a ser apresentado hoje deverá manter praticamente na íntegra a fórmula do projeto anterior, que autoriza a União a imitir-se na posse dos imóveis rurais noventa dias após a desapropriação, caso nesse período não haja decisão judicial.

A versão que circulou ontem modificou a parte final do artigo que trata da função das Forças Armadas. O projeto anterior estabelecia que as Forças Armadas são responsáveis pela defesa da "ordem constitucional".

Pela versão provisória, "a defesa da lei e da ordem" substituiu a expressão "ordem constitucional".

DEMISSÃO

Frota Neto pede exoneração do cargo

por Mariângela Hamu de Brasília

O porta-voz da Presidência da República, Antônio Frota Neto, pediu demissão ontem de manhã ao presidente José Sarney. Frota havia sido convidado a assumir a presidência da EBN — Empresa Brasileira de Notícias e não aceitou. Entendeu que, por esta razão, deveria deixar o cargo de porta-voz do presidente. Sarney recusou a demissão, mas a decisão de Frota Neto já está tomada. Por razões profissionais, sua mulher, Maria Stella Pompeu Brasil, conselheira do Itamaraty, pedirá remoção para o exterior no início do próximo ano. Assim, é possível que Frota Neto não deixe o governo sozinho. Em janeiro, quando for promulgada a nova Constituição, o presidente Sarney pretende fazer ampla reforma ministerial.

PARTIDOS

PT debate plano econômico de emergência

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

Empresários e economistas ligados ao Partido dos Trabalhadores elaboraram o esboço do "plano econômico de emergência", que o PT lançará em outubro, durante a reunião do seu diretório nacional. Ontem à noite, o ex-candidato ao governo de São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy — um dos autores do plano — e o empresário Laurence Pih debateram as sugestões do projeto no Sindicato dos Arquitetos de São Paulo. Outros debates estão sendo organizados pelo PT em todo o País.

O ex-presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Edmar Bacha, e o economista Paulo Singer, da USP, também assinam o plano, cujo objetivo "é democratizar as decisões de política econômica e mostrar caminhos para tornar os trabalhadores sujeitos participantes das decisões", segundo Suplicy.

Entre os itens do "plano de emergência" estão a criação de conselhos regionais e setoriais de fiscalização do Conselho Interministerial de Preços (CIP); o combate à inflação e uma política de melhor distribuição de renda.

"Minha posição é diferente da que o PT está acostumado a ouvir, mas estamos aqui para debater", disse o empresário Laurence Pih, proprietário da Moimho Pacífico S.A.

A intenção do PT é usar o plano como base da candidatura do presidente nacional do partido, Luis Ignácio Lula da Silva, a uma eventual eleição para a presidência da República.

Suplicy negou seu lançamento como candidato do PT à Prefeitura de São Paulo, mas disse estar "conversando com amigos" para decidir se tentará se eleger vereador da capital ou governador.

SEMINÁRIO

Sindicalistas discutem soberania

O seminário "Direito dos trabalhadores na Constituinte", promovido pelas duas centrais sindicais (CUT e CGT), discutiu na manhã de ontem o tema "Soberania nacional", com participação dos deputados Hélio Duque (PMDB-PR), Luiz Gushiken (PT-SP) e Augusto Carvalho (PCB-DF), que durante mais de quatro horas falaram e responderam às indagações dos sindicalistas presentes, entre eles Jair Meneguelli, presidente da CUT, e Joaquim dos Santos Andrade, da CGT, conforme apurou a Agência Globo.

Nos seus pronunciamentos, os parlamentares defenderam o monopólio do petróleo e também do subsolo brasileiro, mostraram a ação das multinacionais e seus interesses sobre os setores mais importantes para a soberania nacional. Destacaram ainda a questão da moratória "que, se não é a que desejamos, é um passo e uma afirmação da soberania", como disse o deputado Augusto Carvalho. Também discutiram sobre a auditoria da dívida externa e os conceitos sobre empresa nacional, onde os três constituintes divergem do texto do relator Bernardo Cabral.

A parte do debate que mereceu maior atenção do público e dos debatedores foi sobre a questão das estatais e a campanha pela privatização.